



REQUERIMENTO

Requerimento nº 040 /2025.

Proponentes: Haroldo Suraty Goncalves, José Carlos da Rocha, Geilson Jasmim Lampa e Diego Knust da Roza

Assunto: Solicitam informações sobre o repasse de contribuições previdenciárias descontadas dos servidores ao RPPS, além de outras explicações.

EXPOSIÇÃO FÁTICA

Na data de ontem, tivemos uma importante reunião com técnicos do TCE, com o objetivo de esclarecer e tratar da questão do RPPS, onde nos foi esclarecido que há um *déficit* considerável, sendo apontado que estamos listados dentre os municípios que devem seguir a nota técnica 07/2023 daquele TRIBUNAL.

Em suma, foi esclarecido que precisamos adotar algumas medidas para adequar e trazer equilíbrio às contas do IAPS.

A questão da saúde financeira do IAPS está umbilicalmente ligada às ações adotadas pela gestão do Executivo. No Processo TCE-RJ nº 212.556-7/2025 são analisadas as contas de governo do ano passado.

Dentre outras irregularidades, o parecer dos técnicos do Tribunal aponta uma em especial que chama a atenção.

6. IRREGULARIDADE 9 — Não repasse integral das contribuições ao RPPS

Descrição: O Município não realizou integralmente o repasse das contribuições previdenciárias devidas pelos servidores e patronal ao RPPS, concorrendo para o não atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

Fundamento legal: art. 1º, inciso II, da Lei Federal nº 9.717/98.

Impacto: pode gerar déficit atuarial, comprometer benefícios e implicar responsabilização administrativa e penal (apropriação/uso indevido de recursos).

Gravidade: Alta.

Recomendação: Parcelamento/regularização imediata dos repasses, com demonstrativos e comprovação de quitação, **além de apuração de eventuais responsabilidades.**



Como se vê, se há desequilíbrio financeiro e atuarial, precisamos saber o que tem acontecido e o que tem gerado esse problema, inclusive quais medidas foram ou não adotadas.

Sabemos que fazer os descontos dos servidores e não os repassar ao RPPS é vedado, a teor do art. 168-A do CP, com reflexos em várias áreas do Direito. Além disso, o próprio parecer do TCE fala da necessidade de se apurar eventuais responsabilidades.

Ora, esta Casa tem a missão de fiscalizar e acompanhar os atos do Executivo e eventual omissão poderia até mesmo trazer a responsabilidade para o Legislativo. Esta Casa tem a função de julgar e de fiscalizar, sendo estes deveres dos mais importantes, aos quais não podemos nos furtar.

Portanto, tendo em conta a reunião feita com técnicos do TCE sobre o IAPS, considerando ainda a situação deficitária do Instituto de Aposentadorias e Pensões, entendemos que alguns pontos precisam ser esclarecidos.

Em vista do exposto, em respeito máximo ao servidor público de Sumidouro, pedimos informações sobre esta questão.

Conclusão:

Sendo assim, os vereadores que assinam o presente solicitam, após anuência do Plenário desta Casa, seja o Executivo instado a:

1. Informar se a gestão passada vinha arrecadando/descontando dos servidores públicos da ativa o percentual devido a título de contribuição ao IAPS;
2. Sendo positiva a resposta, informe se de 2017 até 2024 o Executivo, em algum momento, deixou de repassar esses descontos feitos dos servidores ao IAPS;
3. E a parte patronal, o Executivo deixou de repassar ao IAPS?
4. Em havendo o desconto e o não repasse ao IAPS, é possível esclarecer o que foi feito com estes valores?
5. Qual a quantia que o Executivo deixou de repassar ao IAPS?
6. Há documentos nos arquivos tratando ou justificando o não repasse ao IAPS?



7. Poderia ser fornecido um gráfico demonstrando a situação financeira do Instituto, com os aportes e gastos mensais relativos aos últimos 10 anos;
8. Houve alguma cobrança por parte do IAPS em relação ao não repasse de valores já descontados dos servidores?
- 9.

Sumidouro/RJ, 30 de outubro de 2025

Haroldo Suraty Gonçalves
Haroldo Suraty Gonçalves

José Carlos da Rocha
José Carlos da Rocha

Geilson Jasmim Lampa
Geilson Jasmim Lampa

Diego Knust da Roza
Diego Knust da Roza